



# Prova Objetiva de Serviço Social

## INSTRUÇÕES

- Preencha com atenção o número do CPF e o código encaminhado para seu endereço de e-mail. O preenchimento equivocado é de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) e ocasionará a eliminação do processo seletivo.
- Somente será aceito um envio por CPF e código. Se houver uma segunda tentativa de envio, o (a) candidato (a) será eliminado (a) do processo seletivo.
- Leia cuidadosamente o comando de cada uma das questões e escolha a resposta correta.
- Responda as questões na ordem que mais lhe convier, sendo permitido pular questões e voltar para respondê-las, desde que dentro do tempo máximo estipulado para a prova objetiva.
- Seu tempo de realização da prova é limitado a 3 (três) horas. Não haverá tempo suplementar.
- Ao terminar a prova, basta clicar em "Enviar", não sendo permitido novo envio.
- O gabarito oficial preliminar será divulgado no dia 08 de abril de 2024, conforme Edital publicado no Portal da Residência.

\* Obrigatória

Informe o CPF \*

Informe o código recebido por e-mail \*

**1. Considerando a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, e as especificidades sobre as competências, atribuições e condições para o exercício profissional, avalie as proposições abaixo e responda ao final.**

- I) O exercício da profissão de Assistente Social exige formação acadêmica específica e prescinde de registro no Conselho Regional de Serviço Social.
- II) Entre as atribuições privativas do Assistente Social, está elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social.
- III) Ocupar cargos e funções de fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional constitui uma atribuição privativa do Assistente Social.
- IV) O Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.
- V) Os Conselhos Regionais de Serviço Social possuem autonomia para instituir e modificar a carga horária de trabalho dos Assistentes Sociais, conforme as necessidades regionais, de forma a viabilizar melhores condições de trabalho para o exercício profissional.

**A alternativa que contém apenas as proposições CORRETAS, de acordo com a legislação vigente sobre o exercício da profissão de Assistente Social, é:**

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, II, IV e V.
- e) Todas as proposições estão corretas.

**2. Considerando a Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão de Assistente Social, qual dos seguintes aspectos não é abordado por essa legislação?**

- a) Definir que o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais deverá ser aprovado no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.
- b) Estabelecer a exigência de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social para o exercício legal da profissão.
- c) Vedar o uso da expressão Serviço Social por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam as atividades especificadas nessa lei.
- d) Definir competências do CFESS e do CRESS na apuração de faltas éticas atribuídas a assistentes sociais.
- e) Autorizar a atuação de assistentes sociais estrangeiros no Brasil, desde que cumpram com requisitos específicos de revalidação de diploma e proficiência linguística.

**3. Conforme o Código de Ética do/a Assistente Social, quais são as medidas corretas que o/a assistente social deve tomar em caso de violação dos direitos humanos observados em sua prática profissional?**

- a) Ignorar as violações se a divulgação puder comprometer o posicionamento político da instituição em que trabalha.
- b) Reportar exclusivamente ao Conselho Regional de Serviço Social, mantendo sigilo absoluto sobre os fatos perante outras entidades ou indivíduos.
- c) Denunciar violações se houver o consentimento explícito das pessoas afetadas, respeitando a autonomia e decisão delas.
- d) Denunciar as violações de direitos humanos às autoridades competentes, entidades de organização da categoria e órgãos competentes, independentemente do consentimento dos/as usuários/as, quando julgar necessário.
- e) Resolver internamente dentro da instituição, sem necessidade de expor o caso a entidades externas, visando preservar a imagem da organização.

**4. De acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social, qual alternativa abaixo é CORRETA quanto à postura ética esperada do/a assistente social nas relações profissionais com usuários/as?**

- a) Somente quando autorizado/a o/a assistente social poderá depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional.
- b) O/a assistente social pode utilizar de sua posição para promover ideologias particulares, desde que isso beneficie o/a usuário/a em sua avaliação profissional.
- c) É permitido ao/à assistente social revelar informações confidenciais sobre os/as usuários/as se avaliar tecnicamente que isso pode promover o bem maior da comunidade.
- d) O/A assistente social tem o dever de facilitar a participação ativa dos usuários nos processos decisórios institucionais, assegurando a transparência e o debate sobre as possibilidades disponíveis e as consequências das situações apresentadas.
- e) Manter o máximo sigilo sobre as informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, tendo em vista o caráter confidencial de que se revestem.

**5. O Código de Ética do/a Assistente Social define a postura ética esperada do/a assistente social na sua relação com outros profissionais. Marque a alternativa INCORRETA:**

- a) É defeso ao/à assistente social ser condescendente com falhas éticas, conforme definido pelos princípios do Código, e com erros técnicos cometidos por assistentes sociais ou por qualquer outro profissional.
- b) É dever do/a assistente social mobilizar sua autoridade funcional, ao ocupar uma chefia, para a liberação de carga horária de subordinado, para fins de estudos e pesquisas que visem ao aprimoramento profissional.
- c) O respeito às normas e princípios éticos das outras profissões é recomendável, mas não constitui um dever do/a assistente social, tendo em vista que aquelas normas e princípios não se vinculam à sua prática profissional.
- d) É proibido ao/à assistente social intervir nos serviços prestados por outro profissional, exceto quando solicitado por esse profissional ou em situações de urgência, com subsequente e imediata comunicação ao profissional.
- e) É vedado ao/à assistente social prevalecer-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.

**6. Considerando a Orientação Normativa 4/2020 do Conselho Federal de Serviço Social sobre o sigilo profissional e a participação do/a assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam usuários/as, analise as afirmações abaixo e depois escolha a opção CORRETA:**

**I) A orientação normativa estabelece que o sigilo profissional pode ser quebrado pelo/a assistente social em qualquer situação quando julgar necessário para a proteção do/a usuário/a.**

**II) Segundo a orientação, espaços sócio-ocupacionais devem garantir condições adequadas para a manutenção do sigilo profissional pelos/as assistentes sociais, que devem envidar esforços para alterar situações limitantes desse direito.**

**III) É dever do/a assistente social, quando convocado/a como testemunha ou perito/a em processos judiciais, proteger a confidencialidade e a intimidade do/a usuário/a, limitando-se a discorrer sobre aspectos fundamentais para a opinião técnica solicitada.**

**IV) A orientação normativa autoriza o compartilhamento amplo de informações em trabalhos de natureza multi ou interdisciplinar, desde que todos os profissionais envolvidos assumam o compromisso de manutenção do sigilo.**

**V) A quebra do sigilo profissional é considerada a regra, e sua manutenção, a exceção, devendo o/a assistente social avaliar cada situação individualmente para determinar a conduta mais adequada.**

- a) Somente as afirmações II e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmações I, IV e V são verdadeiras.
- c) Somente a afirmação III é verdadeira.
- d) As afirmações II, III e V são verdadeiras.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras.

**7. A Resolução nº 1.054/2023 do Conselho Federal de Serviço Social estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social. Com base nessa resolução, analise as afirmações abaixo e depois escolha a opção CORRETA:**

**I) A resolução veda a prática ou convivência com condutas discriminatórias e/ou preconceituosas em relação à raça, cor, etnia no relacionamento com usuários, colegas de trabalho, estagiários e demais trabalhadores.**

**II) É dever da/o assistente social informar e orientar o/a usuário/a a denunciar ao Conselho Federal de Serviço Social, conduta discriminatória e/ou preconceituosa em relação a raça, cor e etnia, praticada por assistente social.**

**III) Na hipótese do Conselho Federal ou os Conselhos Regionais de Serviço Social virem a tomar conhecimento de fatos ou de denúncias contra pessoas jurídicas ou contra indivíduos que não sejam assistentes sociais, relativas a atos e práticas de discriminação e/ou preconceito contra raça, cor e etnia, poderão, após análise e a seu critério, encaminhar às autoridades competentes para apuração e/ou oferecer representação, quando cabível, ao Ministério Público.**

**IV) É facultado ao/à assistente social denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social de sua atuação, o/a assistente social que – no exercício profissional – seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa, em razão de aspectos relacionados à raça, cor e etnia.**

- a) Somente as afirmações I e II são verdadeiras.
- b) Somente as afirmações I, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente a afirmação I e III são verdadeiras.
- d) Somente a afirmação IV é falsa.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras.

**8. A garantia dos direitos das pessoas trans e travestis é um aspecto fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e democrática. Essa população enfrenta diariamente desafios decorrentes de preconceitos e discriminações que não apenas marginalizam, mas também colocam em risco suas vidas. O Conjunto CFESS/CRESS, reconhecendo a importância desse tema, tem se empenhado em promover ações que visam a inclusão social e a defesa dos direitos das pessoas trans e travestis, refletindo um compromisso com a justiça social, equidade e respeito à diversidade. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O Serviço Social foi a primeira categoria profissional no Brasil a garantir a utilização do nome social no exercício profissional aos/às profissionais travestis e transexuais e, posteriormente, a assegurar o nome social no documento de identidade profissional.
- b) O Conjunto CFESS/CRESS manifesta irrestrito apoio à causa das pessoas trans e travestis, mas ainda carece de um material específico com orientações para atendimento a esse segmento da população pelos/as assistentes sociais.
- c) Conforme estabelecido na Resolução nº 785/2016 do Conselho Federal de Serviço Social, para efeito de tratamento profissional dos/das assistentes sociais travestis e transexuais, a exemplo de crachás, dentre outros, poderá ser utilizado somente o nome social e o número de registro no CRESS. Já para as assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido por esses/as profissionais, juntamente com o número do registro profissional deve ser utilizado o nome civil, tendo em vista a natureza formal de que se revestem esses documentos.
- d) De acordo com a Resolução CFESS nº 785/2016 do Conselho Federal de Serviço Social, os/as profissionais travestis e transexuais fazem jus à inclusão do nome social junto à sua fotografia no documento de identidade profissional, suprimindo-se o nome civil desse documento.
- e) O direito à inserção do nome social no documento de identidade profissional do/a assistente social não se restringe aos profissionais travestis e transexuais, sendo admitida a sua utilização por qualquer outra pessoa, de acordo com as circunstâncias dadas.

**9. Sobre os direitos assegurados pela legislação brasileira para a comunidade LGBTQIA+, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Casais homoafetivos podem constituir união estável ou casamento civil, sendo reconhecidos como entidade familiar.
- b) O processo de adoção de crianças por casais homoafetivos é regulamentado sem distinção de orientação sexual dos adotantes.
- c) A Lei Maria da Penha foi ampliada para incluir a proteção contra violência doméstica e familiar a mulheres lésbicas, bissexuais e, também, transgêneros, após decisão do Superior Tribunal de Justiça.
- d) A LGTfobia foi criminalizada pelo Supremo Tribunal Federal aplicando-se a Lei 7.716/1989, que aborda crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- e) A legislação que permite o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transgênero estende esse direito a todos os registros em instituições públicas e privadas sem a necessidade de alteração no registro civil.

**10. Considere as seguintes afirmações sobre a renovação crítica do Serviço Social no Brasil, de acordo com Marilda Villela Iamamoto, e assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A renovação crítica do Serviço Social no Brasil decorre em especial das mudanças legislativas promovidas pelos governos, sem significativa influência dos movimentos sociais.
- b) O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, especialmente entre 1965 e 1975, desempenhou um papel acessório na configuração atual da profissão no Brasil.
- c) A renovação crítica do Serviço Social brasileiro é marcada por um compromisso com a defesa dos trabalhadores, do acesso à terra, da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social.
- d) A crise da ditadura militar no Brasil não teve impacto significativo na trajetória do Serviço Social brasileiro, mantendo-se a profissão apartada dos processos políticos e sociais da época.
- e) O projeto profissional do Serviço Social brasileiro contemporâneo adota uma perspectiva majoritariamente técnica e apolítica.

**11. Considerando o pensamento de Ana Elizabete Mota sobre as implicações das crises capitalistas na organização política dos trabalhadores, assinale a alternativa INCORRETA?**

- a) As crises capitalistas contribuem para a fragmentação dos interesses classistas dos trabalhadores, gerando uma diversidade de questões e interesses que afetam a unidade das lutas trabalhistas.
- b) A ofensiva político-social e ideológica das classes dominantes busca transformar o cidadão em consumidor e o trabalhador em empreendedor, comprometendo a organização e a resistência dos trabalhadores.
- c) Apesar das transformações no mundo do trabalho, movimentos de resistência e defesa dos direitos trabalhistas têm sido capazes de forçar negociações e produzir recuos no legislativo em vários países, incluindo o Brasil.
- d) A estratégia de passivização dos trabalhadores inclui práticas de gestão que incentivam a autonomia de quem trabalha por conta própria, desmotivando a sua participação em coletivos organizados de luta e resistência.
- e) As crises contemporâneas têm reforçado a centralidade do trabalho na organização política dos trabalhadores, incentivando a formação de sindicatos fortes e coesos, focados em reivindicações econômicas tradicionais.

**12. Qual das seguintes afirmações não corresponde à abordagem de Maria Lúcia Silva Barroco sobre a ética na prática profissional do Serviço Social?**

- a) A ética profissional do Serviço Social está profundamente influenciada pelo contexto sócio-histórico em que se insere, refletindo as lutas democráticas e as demandas sociais da época.
- b) A renovação da ética profissional no Serviço Social brasileiro na década de 80 evidencia uma maturidade teórica e política, marcada pela afirmação de valores ético-políticos como liberdade, justiça social e democracia.
- c) A ética no Serviço Social promove uma prática profissional que privilegia ações tecnicistas e de neutralidade política, de forma a assegurar uma abordagem estritamente funcional sobre a realidade social.
- d) O Código de Ética Profissional de 1993 é um marco na história do Serviço Social brasileiro, ao romper com o conservadorismo anterior e afirmar a centralidade do trabalho na constituição do ser humano e na criação de valores.
- e) A ação ética no Serviço Social está intrinsecamente ligada à ação político-social, entendendo-se que a prática profissional deve contribuir para a transformação social em direção à emancipação humana e à conquista de direitos.

**13. Tomando como base a história, as características e os desafios da seguridade social no Brasil, conforme preleciona Ivanete Boschetti, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) A Constituição de 1988 instituiu um modelo de seguridade social no Brasil que busca equilibrar os princípios do modelo bismarckiano e do modelo Beveridgeano, ao vincular benefícios previdenciários à contribuição dos trabalhadores, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar.
- b) A lógica do seguro social predominante na previdência social brasileira impõe limites estruturais para a universalização da seguridade social, restringindo o acesso a direitos a trabalhadores não inseridos em relações formais de trabalho.
- c) As políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1990 no Brasil contribuíram para a consolidação e expansão da seguridade social, viabilizando a universalidade e integralidade dos direitos de saúde, previdência e assistência social.
- d) A seguridade social brasileira enfrenta desafios significativos relacionados à sua sustentabilidade financeira, influenciados pela política econômica e por mecanismos como a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que limitam os recursos disponíveis para o financiamento dos direitos sociais.
- e) A existência de relações informais de trabalho e a não contribuição de uma parcela significativa da população economicamente ativa à seguridade social são fatores que contribuem para a exclusão de direitos previdenciários e assistenciais de uma grande parte dos trabalhadores brasileiros.

**14. Qual das afirmações abaixo não corresponde ao pensamento de Marilda Villela Lamamoto sobre os desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais nos contextos contemporâneos de suas práticas profissionais?**

- a) A orientação neoliberal e as medidas dela decorrentes implementadas no Brasil desde a década de 1990 possibilitaram a expansão e o fortalecimento da seguridade social, garantindo maior abrangência e integralidade dos direitos.
- b) A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais têm impacto direto na organização do trabalho e nos direitos sociais, afetando significativamente os espaços ocupacionais dos assistentes sociais.
- c) A participação ativa dos assistentes sociais nos Conselhos de Políticas Sociais, como os de Saúde e Assistência Social, é um reflexo da ampliação das demandas por uma gestão democrática e participativa das políticas sociais.
- d) A mercantilização da satisfação das necessidades sociais, impulsionada pelas políticas de ajuste neoliberal, coloca em xeque as bases universais e democráticas das políticas sociais, desafiando a atuação dos assistentes sociais na defesa dos direitos sociais.
- e) A crise do emprego e a precarização das relações de trabalho são elementos contextuais que demandam dos assistentes sociais uma compreensão crítica e uma atuação estratégica frente às novas configurações da questão social.

**15. As mudanças na atuação dos/as assistentes sociais diante das transformações das políticas sociais e a reestruturação do Estado é um tema explorado por Raquel Raichelis. Qual das seguintes afirmações desalinha-se das conclusões da autora?**

- a) A emergência de novos modelos de gestão da habitação social, marcados pela terceirização e pela adoção de processos licitatórios para a contratação de serviços, incluindo o trabalho social, reflete uma alteração significativa na forma como o Estado intervém nas questões sociais.
- b) A implementação do Sistema Único de Assistência Social evidencia um processo de institucionalização que, apesar de ampliar o campo de atuação profissional, introduz a mediação de organizações terceirizadas na prestação de serviços socioassistenciais.
- c) A consolidação do trabalho interdisciplinar e intersetorial nas práticas dos assistentes sociais, especialmente na gestão e implementação de políticas sociais, demanda uma rearticulação das competências profissionais, voltada para a ampliação do diálogo e da cooperação entre diferentes áreas do conhecimento.
- d) A descentralização e a municipalização das políticas sociais têm contribuído para a diversificação do mercado de trabalho para os/as assistentes sociais, promovendo um deslocamento da execução de políticas sociais para a formulação, planejamento e avaliação, reforçando a necessidade de uma formação continuada e especializada.
- e) O fenômeno da terceirização e a expansão do terceiro setor, especialmente por meio de ONGs, não representam em si uma transformação substancial no mercado de trabalho dos/as assistentes sociais, visto que a natureza das intervenções e os princípios éticos que norteiam a prática profissional permanecem inalterados, independentemente do contexto de atuação.

**16. Regina Miotto traz importantes reflexões sobre a prática profissional, naquilo que se refere ao trabalho de orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. Tomando como referência os fundamentos teóricos da autora, assinale a alternativa que não se alinha ao seu pensamento sobre as ações socioeducativas realizadas por assistentes sociais.**

- a) As ações socioeducativas desenvolvidas por assistentes sociais têm um forte componente educativo, capaz de intervir diretamente na formação de condutas e subjetividades dos sujeitos atendidos, promovendo uma consciência crítica frente à realidade social.
- b) O planejamento e a execução de ações socioeducativas requerem dos assistentes sociais conhecimento aprofundado sobre o espaço sócio-ocupacional, as políticas sociais pertinentes e as demandas específicas dos usuários, garantindo uma intervenção qualificada e orientada para a transformação social.
- c) A abordagem socioeducativa dos/as assistentes sociais deve priorizar a eficiência operacional e a celeridade no atendimento, enfocando soluções práticas e imediatas centradas nas demandas imediatas dos/as usuários/as, visando à resolução de seus problemas individuais.
- d) As ações socioeducativas no contexto dos processos socioassistenciais são estruturadas sobre dois pilares fundamentais: a socialização de informações e o processo reflexivo, ambos sustentando o processo educativo que visa à formação da consciência crítica e à autonomia dos usuários.
- e) A problematização e o diálogo, inspirados nas ideias de Paulo Freire, constituem elementos centrais nas ações socioeducativas fundamentais para a transformação das relações institucionais e da sociedade, possibilitando a politização das demandas e o fortalecimento dos usuários como sujeitos políticos coletivos.

**17. No que se refere à temática de avaliação de políticas, programas e projetos sociais, Ivanete Boschetti propõe uma leitura crítica que considere a complexidade da avaliação de políticas sociais no contexto contemporâneo. Assinale a alternativa que não se compatibiliza com a perspectiva teórica da autora.**

- a) A eficácia das políticas sociais deve ser avaliada preferencialmente por meio de indicadores quantitativos que medem a relação custo-benefício, prescindindo de uma análise qualitativa sobre o impacto dessas políticas na redução das desigualdades sociais.
- b) A avaliação das políticas sociais exige uma compreensão ampla das dinâmicas socioeconômicas e políticas que moldam o contexto em que essas políticas são implementadas, indo além de uma abordagem puramente técnica ou operacional.
- c) A análise da avaliação de políticas sociais deve incorporar uma perspectiva crítica que considere as políticas sociais como parte das relações contraditórias entre Estado e sociedade no capitalismo, avaliando seu papel na promoção de direitos e na mitigação das desigualdades.
- d) É essencial que a avaliação de políticas sociais leve em conta os múltiplos determinantes e funcionalidades dessas políticas, reconhecendo que elas podem ser funcionais tanto ao capital quanto ao trabalho, dependendo de como conseguem expandir direitos e limitar os ganhos do capital.
- e) A abordagem sequencial na avaliação de políticas sociais, que as trata como um conjunto de ações com início, meio e fim, é inadequada para compreender a complexidade e o impacto dessas políticas na sociedade.

**18. Eunice Fávero enfatiza a importância do papel do/a assistente social na instrução social de processos no contexto do sistema de justiça. Assinale abaixo a alternativa que contradiz a abordagem da autora sobre o tema:**

- a) Para assegurar que o destinatário do campo do Direito compreenda o teor da mensagem do profissional de Serviço Social, é crucial que este último domine as regras da língua formal e aplique coerência, objetividade e clareza na linguagem. Deve-se selecionar e enfatizar os dados mais relevantes, utilizando uma terminologia técnica apropriada. No entanto, é importante evitar o uso de terminologias ou conceitos muito específicos que, longe de esclarecer, podem obscurecer a mensagem ou resultar na sua desconsideração por falta de compreensão total por parte do magistrado ou promotor de justiça.
- b) A instrução social em contextos judiciais exige uma compreensão não apenas das circunstâncias imediatas do caso, mas também das condições socioeconômicas e culturais que moldam a vida dos sujeitos envolvidos.
- c) O/A assistente social deve fundamentar seu relatório ou laudo priorizando os dados objetivos, e, se possível, limitar-se à coleta de informações sem um aprofundamento analítico, já que a interpretação das informações coletadas cabe exclusivamente ao magistrado ou membro do Ministério Público responsável pelo processo.
- d) A instrução social, parte integrante do processo de instrução judicial, requer do/a assistente social a capacidade de interpretar a realidade social dos sujeitos a partir de uma base de conhecimento científico e ético, visando contribuir de forma significativa para a tomada de decisões judiciais.
- e) No contexto da justiça, especialmente nas áreas da infância e juventude, família e justiça criminal, o conhecimento especializado do/a assistente social é fundamental para a formação do processo judicial, fornecendo uma análise social que auxilia na tomada de decisões e sentenças.

**19. Considerando as definições de relatório social, laudo social e parecer social conforme preleciona Eunice Fávero, qual das seguintes afirmações melhor distingue esses documentos no contexto do Serviço Social no âmbito sociojurídico?**

- a) O laudo social é um documento que se limita a descrever a situação sem oferecer um parecer técnico, enquanto o parecer social fornece uma análise detalhada sem conclusões.
- b) O relatório social é elaborado exclusivamente para processos de natureza cível, detalhando os aspectos psicossociais das partes, sem incluir recomendações ou parecer técnico.
- c) O parecer social é um documento preliminar que antecede a elaboração do relatório e do laudo social, servindo como base para o estudo aprofundado do caso.
- d) O laudo social distingue-se do relatório social por incluir um parecer conclusivo sobre a situação analisada, oferecendo uma base para a decisão judicial, enquanto o relatório social descreve e analisa a situação sem necessariamente culminar em um parecer conclusivo.
- e) O parecer social, diferentemente do laudo e do relatório social, é um documento produzido para circular entre os profissionais do Serviço Social ou equipe multidisciplinar, objetivando a discussão interna sobre o caso, sem impacto direto sobre o processo judicial.

**20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou no ano de 2022 uma publicação intitulada “Produção de Documentos e Opinião Técnica em Serviço Social”. De acordo com o teor do referido documento, assinale a alternativa INCORRETA em relação ao instrumento técnico visita domiciliar:**

- a) As visitas de “surpresa”, especialmente em situações de denúncia de violação de direitos contra algum membro da família, particularmente em relação a crianças ou idosos/as dependentes, mostram-se necessárias para evitar o mascaramento das violações, o que em nada se contrapõe aos deveres do/a assistente social em relação ao/à usuário/a.
- b) Recomenda-se denominar o instrumento técnico visita domiciliar como entrevista na moradia e/ou no território, haja vista que a centralidade do instrumento é da entrevista com os/as usuários/as nesse espaço.
- c) É aconselhável realizar a entrevista inicial no ambiente institucional, reservando a entrevista em domicílio para o aprofundamento do estudo social, caso seja necessário.
- d) Realizar entrevistas no domicílio é válido quando o objetivo é compreender o território de vivência dos indivíduos, suas (im)possibilidades de acesso a recursos e serviços essenciais para direitos sociais naquela área, bem como compreender as dinâmicas sociais, culturais e relacionais desse espaço. Tal prática deve visar complementar e aprofundar o atendimento direto ao/à usuário/a e o estudo social, evitando-se seu uso como ferramenta de fiscalização ou invasão da privacidade das famílias, com o intuito de exercer controle social por parte do Estado.
- e) Há uma intencionalidade ético-política que deve integrar o planejamento para sua utilização, destacando-se a necessidade de superação do legado conservador ainda presente em regra nas demandas institucionais.

**21. Na publicação “Produção de Documentos e Opinião Técnica em Serviço Social” (CFESS: 2022), é abordada a complexidade da elaboração conjunta de documentos profissionais entre assistentes sociais e profissionais de outras áreas. A esse respeito, considerando as diretrizes do CFESS, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A interdisciplinaridade e multidisciplinaridade na elaboração de documentos profissionais exigem do/a assistente social a compreensão das dinâmicas de trabalho conjunto, valorizando a identidade e as particularidades de cada profissão envolvida.
- b) A Resolução 557/2009 do CFESS, que trata da emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntas, reforça a importância de delimitar claramente o objeto de cada área profissional, preservando as atribuições e competências específicas.
- c) Em documentos elaborados por assistentes sociais em parceria com profissionais de outras áreas, as diretrizes específicas do Serviço Social podem ser flexibilizadas para se adaptarem às normativas de outras profissões, quando necessário.
- d) O trabalho interdisciplinar não deve ser reduzido a práticas economicistas que priorizam a eficiência operacional em detrimento da qualidade e profundidade da análise social.
- e) Quando necessário e visando ao aprofundamento das questões sob análise, é possível que procedimentos e relatórios sejam realizados de forma conjunta, respeitando as especificidades e contribuições de cada profissional, para uma compreensão integral da situação.

**22. Com base nas práticas recomendadas para a condução de entrevistas por assistentes sociais, conforme exposto na publicação “Produção de Documentos e Opinião Técnica em Serviço Social” do CFESS, identifique qual das seguintes alternativas está INCORRETA em relação às diretrizes para entrevistas, especialmente aquelas envolvendo a proteção de direitos de crianças e adolescentes:**

- a) Deve-se garantir que o usuário/a seja suficientemente informado/a sobre o motivo da entrevista, exceto quando o objetivo desta seja o de abordar fatos que correm sob sigilo de justiça.
- b) A comunicação verbal durante as entrevistas possui uma natureza dinâmica e pode ser enriquecida por elementos não verbais, como expressões faciais e entonação, contribuindo para a identificação de subjetividades.
- c) O planejamento de entrevistas deve levar em conta a necessidade de coletar informações diretamente da realidade do usuário, preparando o/a assistente social para intervir de maneira informada.
- d) A entrevista com crianças e adolescentes demanda uma abordagem que respeite seu direito à fala e compreensão, considerando suas capacidades de expressão e compreensão da situação.
- e) Embora frequentemente atribuída à Psicologia, a tarefa de entrevistar crianças e adolescentes também cabe ao/a assistente social, que deve possuir competências para desenvolver essa atividade com base em sua formação e princípios éticos da profissão.

**23. Qual das seguintes afirmações reflete CORRETAMENTE a natureza do encaminhamento dentro da prática do assistente social e seu trabalho em articulação com a rede comunitária e/ou de serviços?**

- a) O encaminhamento no Serviço Social é uma oportunidade para o aconselhamento psicossocial, visando ajustar comportamentos individuais às expectativas sociais e institucionais.
- b) Encaminhamentos realizados pelo/a assistente social devem ser precedidos de uma detalhada orientação que explique as razões e as possíveis consequências da ação, independentemente da anuência do/a usuário/a.
- c) A atuação do/a assistente social em rede e o processo de encaminhamento são procedimentos orientados para viabilizar a ação fiscalizatória sobre os usuários dos serviços sociais.
- d) O encaminhamento, conforme a prática do/a assistente social, tem como finalidade central o acesso a direitos sociais, requerendo um conhecimento amplo da política em questão e de outras políticas nas quais usuários apresentam demandas.
- e) A competência fundamental do/a assistente social no processo de encaminhamento envolve assegurar que tal decisão seja tomada pela equipe multidisciplinar, baseando-se em critérios estritamente técnicos, prescindindo de diálogo com o/a usuário/a.

**24. Considerando a análise de Yolanda Guerra sobre a dimensão investigativa no exercício profissional do Serviço Social, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A dimensão investigativa no Serviço Social, iniciada na década de 1990, separa-se da intervenção prática, focando exclusivamente na acumulação teórica abstrata.
- b) O projeto pedagógico para a formação dos/as assistentes sociais no Brasil, estabelecido desde meados da década de 1990, enfatiza notadamente a dimensão interventiva, desconsiderando a investigativa como princípio formativo.
- c) A pesquisa no Serviço Social, apesar de sua recente tradição, caracteriza-se principalmente por um viés empirista, sem influência significativa da tradição marxista na melhoria de sua qualidade.
- d) A pesquisa é fundamental para a prática do/a assistente social, visando não apenas o atendimento de demandas imediatas, mas também a reconstrução crítica destas, a partir de um sólido referencial teórico-metodológico.
- e) A pesquisa no Serviço Social serve sobretudo como um complemento às atividades práticas, sem oferecer contribuições sensíveis ao desenvolvimento teórico da profissão ou à intervenção técnica.

**25. Considerando as contribuições de José Paulo Netto sobre o método da teoria social, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O método da teoria social, segundo Netto, aplica-se de forma uniforme em todas as ciências, independentemente do objeto de estudo.
- b) A abordagem teórica de Marx é criticada por Netto pela ausência de profundidade analítica.
- c) José Paulo Netto argumenta que a teoria social de Marx, ao contrário do que muitos críticos afirmam, não possui uma base metodológica sólida, sendo fundamentada apenas em pressupostos ideológicos.
- d) Netto destaca que, para Marx, o método cientificamente exato consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, considerando o concreto como síntese de muitas determinações e, portanto, como unidade do diverso.
- e) Segundo Netto, o método da teoria social proposto por Marx enfatiza a análise das formas sociais a partir de uma perspectiva que valoriza o papel determinante da consciência sobre o ser social.

**26. Considerando a Lei 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil, analise as afirmativas abaixo e escolha a opção INCORRETA:**

- a) A Lei Orgânica da Assistência Social estabelece que a assistência social tem como objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, mediante recolhimento de contribuição à seguridade social.
- b) A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.
- c) A assistência social, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social, é organizada sob a forma de um sistema descentralizado e participativo, constituído pelo conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
- d) Entre os princípios da assistência social, inclui-se a universalidade da cobertura e do atendimento, priorizando-se o atendimento às famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social.
- e) A Lei Orgânica da Assistência Social prevê a implementação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao idoso e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família, independentemente de contribuição prévia à seguridade social.

**27. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, a assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:**

- a) Básica e complexa.
- b) Primária e secundária.
- c) Básica e especial.
- d) Geral e específica.
- e) Inicial e avançada.

**28. Identifique a opção que não contempla um dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social:**

- a) Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.
- b) Promover a ampliação de acesso da assistência social, por meio da fragmentação da rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- c) Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais.
- d) Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social.
- e) Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

**29. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e encontra-se regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social. Ao garantir um rendimento mensal mínimo aos seus beneficiários, o BPC contribui diretamente para a diminuição da pobreza, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população. Este benefício ajuda a mitigar as desigualdades sociais, oferecendo uma forma de renda para aqueles que, de outra forma, teriam pouco ou nenhum acesso a recursos financeiros. Acerca do BPC, é CORRETO afirmar:**

- a) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação social.
- c) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência custeadas com recursos públicos, diretamente ou por meio de convênios estabelecidos pelo Estado junto a organizações da sociedade civil, impossibilita o acesso do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.
- d) O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou pessoa com deficiência jamais será computado para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda estabelecido para acesso ao referido benefício.
- e) O benefício de prestação continuada deve ser revisto anualmente para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

**30. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), estabelece princípios que devem reger a assistência social. Assinale a alternativa que não corresponde a um princípio.**

- a) Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- b) Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- c) Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- d) Equidade no acesso ao atendimento voltado à garantia de direitos, privilegiando-se a população rural em detrimento da população urbana, como medida compensatória da vulnerabilidade sobreposta daquele segmento populacional, consabidamente mais excluído socialmente.
- e) Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

**31. O serviço que consiste na oferta de ações socioassistenciais de prestação continuada, nos Centros de Referência de Assistência Social por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária é chamado de:**

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- b) Grupo Socioeducativo de Apoio Familiar (GSAF).
- c) Programa Socioassistencial Interativo (PSI).
- d) Iniciativa de Fortalecimento Comunitário (IFC).
- e) Projeto de Acompanhamento Familiar e Social (PAFS).

**32. Sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é INCORRETO afirmar:**

- a) Apresenta caráter intersetorial e, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho.
- b) Visa como objetivo contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos em situação de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- c) Crianças e adolescentes em situação de trabalho deverão ser identificados e ter os seus dados inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com a devida identificação das situações de trabalho infantil.
- d) Tem abrangência nacional e será desenvolvido de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil.
- e) Incorpora um módulo específico de formação profissional para crianças e adolescentes, visando futura e adequada inserção deles no mercado de trabalho formal.

**33. O regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, conforme prevê o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), regulamentado pela Lei nº. 13.019/2014, tem como fundamentos a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, a transparência na aplicação dos recursos públicos, os princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia. Marque a alternativa que não está prevista como uma condição a ser assegurada por esse regime jurídico:**

- a) O reconhecimento da participação social como direito do cidadão.
- b) O direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas.
- c) A integração e a verticalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de tomada de decisão.
- d) A valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- e) A preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.

**34. A Lei 3.807/1960, conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), marcou um ponto importante na história da previdência social no Brasil. A LOPS definiu um conjunto de benefícios previdenciários para os contribuintes e seus dependentes, incluindo aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, dentre outros. Sobre os auxílios previstos na LOPS, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O auxílio-doença será devido a segurado que ficar incapacitado para seu trabalho por prazo superior a 15 (quinze) dias, observados os requisitos legais.
- b) O processo de auxílio-reclusão será instruído com certidão do despacho da prisão preventiva ou sentença condenatória.
- c) O auxílio-funeral será devido aos dependentes do falecido.
- d) O auxílio-natalidade será pago à segurada gestante, ou ao segurado, pelo parto de sua esposa ou companheira não segurada, atendidos os requisitos legais.
- e) Os pensionistas inválidos, sob pena de suspensão do benefício, ficam obrigados a submeter-se aos exames que forem determinados pela previdência social bem como a seguir os processos de reeducação e readaptação profissionais prescritos e por ela custeados e ao tratamento que ela própria dispensar, gratuitamente.

**35. Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Lei 8.080/1990, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Os serviços privados de saúde são priorizados sobre os serviços públicos dentro do SUS, sendo a principal via de acesso à saúde para a maioria da população brasileira.
- b) O financiamento do SUS é de responsabilidade exclusiva do governo federal, não havendo previsão de contribuições financeiras por parte dos estados e municípios.
- c) A gestão do SUS é centralizada no Ministério da Saúde, que é responsável direto pela administração de todos os hospitais e unidades de saúde no país.
- d) A participação da comunidade não é prevista como parte da gestão e fiscalização do SUS, mantendo-se a decisão e controle estritamente no âmbito governamental.
- e) O SUS é estruturado em níveis de atenção à saúde, compreendendo a atenção primária, a secundária e a terciária, visando à integralidade do atendimento.

**36. Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), é INCORRETO afirmar:**

- a) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.
- b) No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento.
- c) Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.
- d) A telessaúde é uma modalidade prevista pelo SUS de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas.
- e) Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelos conselhos de classe dos respectivos profissionais de saúde, não havendo subordinação normativa aos órgãos de direção do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto às condições para seu funcionamento, tendo em vista a natureza jurídica dos serviços ofertados.

**37. Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentado pela Lei 8.069/1990 e alterações, é CORRETO afirmar:**

- a) Pais, membros da família extensa, responsáveis, agentes públicos responsáveis pela execução de medidas socioeducativas, ou quaisquer indivíduos incumbidos do cuidado, tratamento, educação ou proteção de crianças e adolescentes que aplicarem castigo físico a estes devem demonstrar que sua conduta visou unicamente à correção, disciplina ou educação, a fim de evitar responsabilização por tal ato.
- b) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, salvo em caso de comprovada situação de grave insegurança alimentar.
- c) Criança e adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar não poderão participar de programa de apadrinhamento de forma concomitante, pois cada programa possui critérios e objetivos distintos.
- d) Todos os filhos, independentemente de serem advindos do casamento ou não, possuem os mesmos direitos e qualificações, sem qualquer distinção discriminatória referente à filiação, com exceção feita aos filhos adotivos.
- e) Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

**38. Sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a possibilidade de aplicação de três institutos: guarda, tutela e adoção. Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Quando do processo de colocação em família substituta, sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- b) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção
- c) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional a criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- d) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.
- e) A adoção por ascendentes ou irmãos do adotando é proibida, a menos que exista uma justificativa que corresponda ao melhor interesse da criança ou do adolescente, prescindindo-se, neste caso, de decisão judicial.

**39. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em diversos regimes. Marque a alternativa que não corresponde a um desse regimes:**

- a) Apoio socioeducativo em meio aberto.
- b) Liberdade assistida.
- c) Prestação de serviços à comunidade.
- d) Semiliberdade.
- e) Reclusão.

**40. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê algumas medidas de proteção possíveis de serem aplicadas em caso de ameaça ou violação de direitos a crianças ou adolescentes. Assinale a alternativa que não corresponde a uma dessas medidas:**

- a) Internação em estabelecimento educacional.
- b) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- c) Acolhimento institucional.
- d) Inclusão em programa de acolhimento familiar.
- e) Colocação em família substituta.

**41. A Lei 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, marca um importante avanço na legislação brasileira em relação à proteção de crianças e adolescentes contra a violência doméstica. Esta lei foi nomeada em memória do menino Henry Borel, cuja trágica morte, decorrente de violência doméstica, comoveu o Brasil e evidenciou as lacunas existentes na proteção legal de crianças e adolescentes no espaço familiar. Um aspecto importante dessa lei diz respeito ao instituto das medidas protetivas de urgência. Acerca do tema, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Dentre as medidas protetivas de urgência que obrigam o ofensor, está a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- b) Dentre as medidas protetivas de urgência à vítima, está a matrícula da criança ou do adolescente em uma instituição educacional localizada nas proximidades de seu domicílio ou do local de trabalho do responsável legal, ou a sua transferência para uma instituição similar, observada a disponibilidade de vagas.
- c) A autoridade policial tem a prerrogativa de requisitar, e o Conselho Tutelar, de solicitar ao Ministério Público a instauração de ação cautelar para antecipação de produção de provas em casos de violência contra crianças e adolescentes.
- d) Sempre que as circunstâncias exigirem, visando preservar a integridade ou segurança de criança ou adolescente, seus familiares, e da pessoa que notifica ou denuncia, o juiz está autorizado a estabelecer a aplicação de medidas cautelares adicionais, conforme previsto na legislação em vigor.
- e) Uma vez verificada a ocorrência de violência doméstica e familiar contra criança ou adolescente, o juiz poderá impor ao agressor, imediatamente, sua submissão a acompanhamento psicossocial, a ser realizado por meio de atendimento individual ou grupos de apoio.

**42. Segundo a Lei Henry Borel, é INCORRETO afirmar:**

- a) Configura crime deixar de comunicar à autoridade pública a prática de violência, de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra criança ou adolescente ou o abandono de incapaz.
- b) Nas situações de violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, o Ministério Público, além de suas demais funções, terá a prerrogativa de, quando necessário, requisitar o auxílio de forças policiais e de serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança, entre outros.
- c) O indivíduo que notificar ou denunciar um caso não está autorizado a condicionar a divulgação das informações que possui à execução de medidas de proteção necessárias para assegurar sua própria integridade física e psicológica, devido ao princípio que prioriza o melhor interesse da criança e do adolescente.
- d) Qualquer indivíduo que tome conhecimento ou testemunhe atos ou omissões, em ambientes públicos ou privados, que configurem violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes é obrigado a notificar de imediato o ocorrido ao serviço responsável pelo recebimento e monitoramento de denúncias, ao Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ao Conselho Tutelar ou às autoridades policiais.
- e) Diante de uma situação de urgência e considerando a procedência, gravidade e iminência da coação ou ameaça, o juiz competente, por iniciativa própria ou mediante solicitação do Ministério Público, ordenará que o indivíduo que notificou ou denunciou seja temporariamente colocado sob proteção de uma instituição de segurança pública, até que o órgão decisório determine sua inclusão no programa de proteção.

**43. Acerca dos atos infracionais atribuídos a adolescente e medidas correlatas, é CORRETO afirmar:**

- a) Caso algum dos pais ou responsável compareça perante a autoridade policial, o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, em qualquer hipótese, imediatamente liberado, mediante assinatura de um termo de compromisso e responsabilidade para a sua apresentação ao representante do Ministério Público.
- b) Adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial.
- c) A internação de adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, somente poderá ser cumprida em estabelecimento prisional em caráter excepcional, se assim exigirem as circunstâncias.
- d) As entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de 6 (seis) meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.
- e) Os responsáveis pela apreensão de adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional, têm direito ao sigilo de sua identificação funcional, para garantir sua segurança e prevenir possíveis retaliações. Essa precaução contribui para a manutenção da ordem pública e fortalece o sistema de justiça ao proteger aqueles que atuam na aplicação da lei.

**44. A luta contra a violência sexual direcionada a crianças e adolescentes é um imperativo ético e social que transcende fronteiras e culturas, refletindo a urgência de proteger os mais vulneráveis em nossa sociedade. A importância desse combate reside não apenas na prevenção de danos irreparáveis à integridade física e psicológica das vítimas, mas também na preservação de seu direito inalienável ao desenvolvimento seguro e saudável. A esse respeito, com base na legislação em vigor, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem a proteção integral da criança e do adolescente contra qualquer forma de violência, determinando penalidades para os agressores e também para aqueles que se omitem.
- b) O abuso sexual pode ser tanto intrafamiliar quanto extrafamiliar, sendo que o intrafamiliar ocorre dentro do contexto doméstico e pode envolver pessoas próximas ou responsáveis pelo cuidado da vítima.
- c) A identificação do abuso sexual infantil é complexa, pois somente pode ser comprovado mediante laudo do Instituto Médico Legal (IML).
- d) A revelação do abuso sexual por parte da criança ou adolescente deve ser incentivada, oferecendo um ambiente seguro e acolhedor para que possam expressar livremente suas experiências, sem indução ou pressão.
- e) A legislação brasileira, embora seja considerada avançada em termos protetivos, ainda não prevê a notificação obrigatória de casos suspeitos ou confirmados de abuso sexual contra crianças e adolescentes aos órgãos competentes.

**45. A edição de leis e a produção de conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes são essenciais para melhorar a eficácia do atendimento oferecido às vítimas. Em relação à legislação aplicável e os estudos já produzidos sobre o tema, indique a assertiva CORRETA:**

- a) A exploração sexual é a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para a prática de qualquer ato de natureza sexual. Geralmente, é praticada por uma pessoa com quem a criança ou o/a adolescente possui uma relação de confiança, e que participa do seu convívio. Já o abuso sexual caracteriza-se pela utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais com a intenção de lucro, seja financeiro ou de qualquer espécie, incluindo objetos de valor ou outros elementos de troca.
- b) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos, sendo relevante, porém, perquirir eventual consentimento da vítima para a prática do ato ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- c) Não se aplica a pena do crime de estupro de vulnerável a quem pratica conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com alguém que, por deficiência mental, não possua o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por outra causa, não consiga oferecer resistência.
- d) Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, a maioria dos agressores em casos de estupro de vulnerável é desconhecida da vítima, e o local mais comum de ocorrência dos estupros foi em espaços de convívio comunitário, como escolas, praças, parques e shoppings.
- e) Dados consolidados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 apontam para um aumento progressivo de registros de violência sexual contra crianças e adolescentes, desafiando a eficácia dos mecanismos de notificação e exigindo uma análise crítica sobre a capacidade de resposta institucional diante dessa realidade. A elevação nos índices não apenas reflete uma possível ampliação do fenômeno, mas pode também indicar um aprimoramento na detecção e no encorajamento das vítimas ou testemunhas a denunciarem, sugerindo um aparente paradoxo entre a visibilidade crescente desses crimes

**46. A Lei 13.431/2017, que alterou a Lei 8.069/1990, estabeleceu o sistema de garantia de direitos da criança e do/a adolescente vítima ou testemunha de violência e trouxe novos procedimentos para a realização de escuta e depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade
- b) Depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.
- c) De acordo com Nota Técnica produzida pelo Conselho Federal de Serviço Social, os instrumentos e protocolos identificados para operacionalizar o depoimento especial vão de encontro às atribuições e competências do Serviço Social, tanto pelos conteúdos a que se referem, quanto pela técnica descrita em cada um deles.
- d) Segundo o Conselho Federal de Serviço Social, a profissão possui condições de promover, em diversas esferas e de diferentes modos, ações para evitar a revitimização e garantir os direitos a que se refere a Doutrina da Proteção Integral, incluindo sua participação profissional ativa nos procedimentos relacionados à tomada do depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência.
- e) É assegurada a crianças e adolescentes a livre narrativa sobre a situação de violência, podendo o profissional especializado intervir quando necessário, utilizando técnicas que permitam a elucidação dos fatos.

**47. Sobre a Lei 10.741/2003, Estatuto da Pessoa Idosa, é CORRETO afirmar:**

- a) O Estatuto da Pessoa Idosa é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- b) Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 90 (noventa) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.
- c) Constitui crime manter a pessoa idosa em casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ainda que provendo suas necessidades básicas.
- d) As transações relativas a alimentos (pensão alimentícia) necessitam ser celebradas perante a autoridade judiciária competente, para que assim tenham efeito de título executivo.
- e) A pessoa idosa enferma tem garantido o direito ao atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assim como pelos serviços públicos ou privados de saúde, estes últimos quando contratados ou conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse atendimento tem como objetivo a emissão do laudo médico necessário para a realização de seus direitos sociais e a obtenção de isenções tributárias.

**48. Acerca da assistência social e da habitação prestada à pessoa idosa, nos termos da Lei 10.741/2003, é CORRETO afirmar:**

- a) Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, salvo por situação de analfabetismo.
- b) No caso de entidade de longa permanência de natureza filantrópica é admissível a cobrança de participação financeira da pessoa idosa no custeio da entidade.
- c) Toda instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa está isenta da exigência de manter identificação externa visível, com a finalidade de prevenir estigmas contra a população idosa. Esta abordagem visa promover um ambiente de respeito e dignidade, prevenindo qualquer forma de distinção que possa levar ao preconceito etário.
- d) A assistência na modalidade de entidade de longa permanência à pessoa idosa será prestada exclusivamente quando verificada situação de abandono familiar.
- e) As unidades residenciais reservadas para atendimento a pessoas idosas devem situar-se, preferencialmente, até o terceiro pavimento.

**49. O Serviço Social, enquanto profissão, orienta-se pela defesa de direitos dos indivíduos mais vulnerabilizados socialmente. Desse modo, mostra-se importante, sobretudo no campo sociojurídico, que o/a assistente social possua necessário conhecimento acerca das situações e condutas que se caracterizam como violações de direitos e que, sob o aspecto legal, são tipificadas como crimes. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Constitui crime apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade.
- b) Induzir pessoa idosa, ainda que lúcida e com discernimento de seus atos, a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente configura uma prática delituosa.
- c) É crime reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão da pessoa idosa, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida.
- d) Configura crime obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.
- e) Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.

**50. Qual é o símbolo nacional instituído pela Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, para identificar pessoas com deficiências ocultas?**

- a) Uma flor amarela.
- b) Um laço verde com bolinhas amarelas.
- c) Um cordão de fita com desenhos de girassóis.
- d) Um coração vermelho.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**51. De acordo com a Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, exceto para:**

- a) Casar-se e constituir união estável.
- b) Exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- c) Conservar sua fertilidade.
- d) Exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**52. Qual das seguintes disposições está prevista na Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, naquilo que diz respeito ao instituto da curatela?**

- a) A curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária e durará o maior tempo possível, de forma a proporcionar uma proteção ampliada ao curatelado.
- b) A curatela não afetará apenas os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, abrangendo necessariamente aspectos relacionados ao matrimônio, tendo em vista suas implicações patrimoniais.
- c) No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a um dirigente da instituição, tendo em vista a preexistência de vínculo jurídico.
- d) É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- e) Os curadores ficam desobrigados de prestar contas de sua administração ao juiz, quando os rendimentos do curatelado forem iguais ou inferiores ao valor de um salário-mínimo vigente no país.

**53. Baseando-se na análise de Heleieth Saffioti sobre a violência doméstica, qual das alternativas mostra-se INCORRETA ao abordar o papel do patriarcado e dos conceitos de gênero na perpetuação da violência contra a mulher?**

- a) O patriarcado sustenta uma divisão de gênero que, apesar de suas bases históricas e culturais, tem se diluído significativamente nas sociedades modernas, tornando a violência doméstica um resquício de práticas tradicionais, e não um sintoma de estruturas sociais atuais.
- b) No contexto do patriarcado, a violência contra a mulher é uma expressão de poder que transcende a esfera privada, sendo instrumentalizada pela sociedade para manter as estruturas de gênero hierarquizadas.
- c) O patriarcado, ao institucionalizar o poder masculino sobre as mulheres em diversas esferas da vida, fundamenta-se na ideologia de dominação que normaliza e legitima a violência doméstica como um mecanismo de controle social e de manutenção da ordem de gênero.
- d) A naturalização da violência doméstica no âmbito do lar é um reflexo das relações de poder assimétricas, sustentadas pela estrutura patriarcal, que enraíza a subordinação feminina como um elemento intrínseco à organização social e familiar.
- e) A resistência feminina contra a violência doméstica e o patriarcado, embora fundamental na luta por direitos e igualdade, confronta-se com a persistência de normas culturais e jurídicas que perpetuam a impunidade dos agressores e a vulnerabilização das vítimas, refletindo a complexa intersecção entre gênero, classe, raça/etnia e outras categorias de análise.

**54. O monitoramento e a análise de dados sobre a violência contra mulheres desempenham um papel crucial no aprimoramento da qualidade do atendimento prestado às vítimas de violência doméstica, permitindo que os profissionais estejam mais preparados e sensíveis às necessidades específicas das vítimas. Considerando o impacto de eventos globais, como a pandemia, sobre os índices de violência doméstica contra as mulheres, a análise do “Relatório Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil” (3ª edição), produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Instituto Datafolha em 2021, revela dados importantes. Com base nesse relatório, identifique a opção que apresenta uma informação INCORRETA.**

- a) O relatório revelou que uma em cada quatro mulheres brasileiras acima de 16 anos (24,4%) reportou ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, no contexto da pandemia de covid-19. Isso equivale a aproximadamente 17 milhões de mulheres enfrentando violência física, psicológica ou sexual no último ano.
- b) Cinco em cada dez brasileiros/as (51,1%) afirmaram ter presenciado uma mulher sendo submetida a algum tipo de violência em seu bairro ou comunidade durante os últimos 12 meses.
- c) Além disso, 61,8% das mulheres que experimentaram violência no último ano relataram uma diminuição na renda familiar durante este período, enquanto entre aquelas que não sofreram violência, o percentual foi de 50%. Dentre as mulheres que vivenciaram violência durante a pandemia, 25,1% destacaram que a perda de emprego e renda, além da impossibilidade de trabalhar para garantir o próprio sustento, foi o principal fator contribuinte para a violência enfrentada; 21,8% atribuíram a maior convivência com o agressor durante a pandemia de covid-19 como um fator agravante.
- d) Entre as mulheres negras no Brasil, 52,2% reportaram ter sofrido assédio nos últimos 12 meses, em comparação com 40,6% das mulheres pardas e 30% das mulheres brancas.
- e) Mulheres e homens reportaram níveis equivalentes de estresse em casa devido à pandemia, com 50,9% delas indicando um aumento, em comparação com 51,2% dos homens. Esse fato é possivelmente ligado ao fato de que os papéis de gênero tradicionais – nos quais, historicamente, às mulheres são atribuídas as responsabilidades pelo cuidado com o lar e os filhos –, vem sendo desempenhados de uma forma mais equilibrada na sociedade brasileira contemporânea, havendo uma divisão mais equitativa em relação à carga de trabalho doméstico e cuidados familiares.

**55. A Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006, é um marco na luta contra a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. Esta lei não somente representa um avanço legislativo significativo, mas também simboliza uma conquista do movimento feminista e dos direitos humanos no país, refletindo anos de mobilização por maior proteção legal às mulheres. Com base no contexto histórico da Lei Maria da Penha, qual das seguintes afirmações é CORRETA?**

- a) A Lei Maria da Penha foi promulgada em resposta direta à condenação do Brasil pela Organização das Nações Unidas devido à sua ineficiência em lidar com casos de violência doméstica.
- b) Antes da promulgação da Lei Maria da Penha, a legislação brasileira já possuía mecanismos legais eficientes e específicos para combater a violência doméstica contra mulheres, mas sofria com problemas de aplicação prática no âmbito do sistema de justiça.
- c) A Lei Maria da Penha preocupa-se em estabelecer penas mais severas para os agressores, trazendo em seu bojo diversos novos tipos penais, voltados a reprimir de forma eficaz a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) O caso de Maria da Penha Maia Fernandes, que deu nome à Lei, envolveu duas tentativas de homicídio por parte de seu marido e uma longa batalha judicial que culminou com a condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.
- e) A implementação da Lei Maria da Penha, considerada um modelo de sucesso absoluto sem precedentes, erradicou os casos de violência doméstica contra mulheres no Brasil.

**56. O/A assistente social do campo sociojurídico que trabalha no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar possui o desafio de, mesmo não possuindo formação jurídica, compreender de forma acurada os dispositivos da Lei Maria da Penha, sobretudo aqueles de âmbito protetivo, instrumentalizando-o para a defesa dos interesses das vítimas, por meio de informação e orientação para o exercício de direitos. Um dos aspectos de cunho protetivo mais importantes trazido pela Lei Maria da Penha é, sem dúvida, a medida protetiva de urgência. A esse respeito, leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Dentre as medidas protetivas de urgência à ofendida, está a proibição de frequentar determinados lugares, a fim de preservar sua integridade física e psicológica.
- b) Quando julgar necessário, o juiz pode deferir à vítima a concessão de um auxílio-aluguel, cujo valor será determinado com base em sua vulnerabilidade social e econômica, por um período máximo de 6 (seis) meses.
- c) Dentre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, está a perda liminar do poder familiar sobre os filhos comuns advindos do relacionamento entre as partes, quando a conduta tiver sido praticada com violência ou grave ameaça.
- d) Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- e) O juiz pode determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor, exceto quando esta constituir instrumento de trabalho essencial para o exercício profissional, como nas hipóteses de servidores da carreira policial e militares.

**57. De acordo com a Lei Maria da Penha, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, praticada na esfera doméstica, familiar ou no âmbito de uma relação íntima de afeto. Nesse sentido, é CORRETO afirmar:**

- a) A unidade doméstica deve ser compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas ligadas ou não por vínculos familiares, excetuando as esporadicamente agregadas.
- b) O conceito de família compreende uma comunidade formada exclusivamente por indivíduos que são aparentados, unidos por laços naturais.
- c) A relação íntima de afeto é caracterizada pelo convívio do agressor com a ofendida, a qual deve atender a certos critérios, como continuidade, publicidade, durabilidade e objetivo de constituição de família.
- d) Conforme estabelecido pela Lei Maria da Penha, as relações pessoais mencionadas no contexto do enunciado da questão independem de orientação sexual.
- e) A violência doméstica e familiar contra a mulher, embora seja reconhecida como um fenômeno social, não pode ser considerada uma forma de violação dos direitos humanos propriamente dita, devido à ausência de pressupostos legais de âmbito internacional que a classifique como tal.

**58. A Lei Maria da Penha prevê que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O juiz estabelecerá um prazo definido para a inclusão da mulher em condição de violência doméstica e familiar nos cadastros de programas de assistência do governo, sejam eles federais, estaduais ou municipais.
- b) Para proteger a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o juiz garantirá sua remoção prioritária, caso seja servidora pública, da administração direta ou indireta, e/ou a preservação do vínculo empregatício, permitindo seu afastamento do local de trabalho, se necessário, por um período de até 6 (seis) meses.
- c) A mulher em situação de violência doméstica e familiar possui prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação infantil, de ensino fundamental e/ou de ensino médio mais próxima de sua residência, ou para transferi-los para tal instituição, bastando apresentar a documentação que comprove o registro da ocorrência policial ou o processo judicial de violência doméstica e familiar em andamento.
- d) Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas serão fornecidos pelo Estado, havendo previsão do ressarcimento de seus custos pelo agressor, quando reincidente.
- e) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual ou psicológica e dano moral ou patrimonial a mulher fica obrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde, de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos assim arrecadados ao fundo de saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços.

**59. A Lei Maria da Penha sofreu alterações importantes no ano de 2017, especialmente no que tange ao direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar ter atendimento policial e pericial especializado. A esse respeito, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – exclusivamente do sexo feminino – previamente capacitados.
- b) Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata a Lei Maria da Penha, é vedado o registro de seu depoimento em meio eletrônico ou magnético, como forma de proteção à sua intimidade e privacidade.
- c) A tomada de depoimento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, ou de testemunhas, será conduzida seguindo diretrizes específicas. Essas incluem a garantia de que, apenas sob prévia autorização da autoridade policial, a mulher em questão, seus familiares e as testemunhas terão contato direto com os investigados ou suspeitos.
- d) A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar prescinde de recinto especialmente projetado para esse fim e de equipamentos próprios e adequados à idade da mulher.
- e) A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.

**60. Constituem direitos da mulher em situação de violência doméstica, conforme previsto pela Lei Maria da Penha, EXCETO:**

- a) Ser encaminhada, pela autoridade policial, ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
- b) Ser transportada, na companhia de seus dependentes, para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida.
- c) Ser acompanhada, pela polícia, para a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar, quando necessário.
- d) Ser atendida por policial do sexo feminino na apuração de crimes de natureza sexual.
- e) Ser informada, já em sede policial, sobre os direitos a ela conferidos pela Lei Maria da Penha e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento perante o juízo competente da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável.

---

Este conteúdo não é criado nem endossado pela Microsoft. Os dados que você enviar serão enviados ao proprietário do formulário.